



NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício 2020

CONTEXTO OPERACIONAL

A Prefeitura de Guarapuava, CNPJ 76.178.037/0001-76, poder Executivo de Direito Público com sede no Município de Guarapuava é composto pela administração direta e tem por finalidade essencial o cumprimento das suas atribuições constitucionais no atendimento das demandas que a sociedade exige.

As atividades operacionais do Município de Guarapuava durante o exercício de 2020 estão amparadas na **Lei Municipal 3014/2019 Lei Orçamentária Anual** e pelas leis e Decretos que autorizam os Créditos adicionais abertos durante o exercício financeiro de 2020.

As ações desenvolvidas pelo Município de Guarapuava no exercício de 2020 estão agrupadas nas funções de Governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento nº42.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Contabilidade CpCetil e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as secretarias do município.

As Demonstrações Contábeis têm por objetivo principal fornecer aos diversos usuários, informações que subsidiem, a prestação de contas e a responsabilização realizada no exercício de 2020. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio líquido, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da Prefeitura Municipal de Guarapuava.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMP) e Notas Explicativas (NE). Todas demonstrações e notas explicativa referem-se ao exercício financeiro de 2020.



RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 DE ACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA.

PODER EXECUTIVO

SECRETARIAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

FUNDOS ESPECIAS

- 02 – Secretaria Executiva
- 03 – Ouvidoria Geral
- 04 – Secretaria de Administração
- 05 – Secretaria de Finanças
- 06 – Secretaria de Educação e Cultura
- 07 – Secretaria de Esportes e Recreação
- 08 – Secretaria de Saúde
- 08.02 – Fundo de Saúde
- 09- Secretaria de Obras
- 10- Secretaria de Habitação
- 11- Secretaria Inovação e Desenvolvimento
- 12- Secretaria de Agricultura
- 14- Procuradoria Geral
- 15- Secretaria de Assistência Social
- 15.02 – Fundo de Assistência Social
- 15.04 – Fundo do Idoso
- 16 – Secretaria do Meio Ambiente
- 17 – Controle Interno
- 18 – Secretaria de Planejamento
- 20 – Secretaria de Turismo
- 21- Secretaria de Trânsito – Fundo de Trânsito
- 22- Secretaria de Políticas para Mulheres
- 23- Secretaria de Comunicação



BASE DE INFORMAÇÕES

As Demonstrações Contábeis constantes foram elaboradas de acordo com as orientações da parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Lei Federal 4320/64 e Lei Complementar 101/2000, e também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativa a elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público (NBC TSP Estrutura Conceitual).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas Demonstrações Contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), sendo demonstrado pelo valor nominal de cada conta.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As disponibilidades estão mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original.

c) Estoques

Referem-se aos valores dos bens adquiridos pela entidade com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades e para distribuição pelo Município em atendimento da sociedade e estão avaliados pelo preço médio ponderados das compras, conforme Inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

d) Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende os valores pagos a títulos de prêmios de seguros a apropriar.

d) Investimentos



Compreende as participações permanentes bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou construção, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei nº 4320/64. Os ganhos e perdas em alienações foram determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado do exercício.

f) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação, amortização e exaustão de bens adquiridos utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pela Departamento de Patrimônio, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

g) Valores Restituíveis

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros com vencimento até o fechamento do exercício. O registro contábil das retenções ocorre na conta valores restituíveis no momento do pagamento do fornecedor.

h) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas observando ao regime de competência e às NBCs TSP.

i) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) está apresentado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, sendo composto pelo Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/64), Quadro das Contas de Compensação e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro segregado por Fonte/Destinação de Recurso.

Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalente de Caixas	73.954.626,63	43.894.395,63
TOTAL	73.954.626,63	43.894.395,63

Fonte : Sistema CpCetil



Os valores do caixa e equivalentes de caixa contemplam o numerário e os ingressos nas contas correntes bancárias para aplicação nas operações da entidade, e ainda os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extraorçamentárias e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes.

Créditos a Curto Prazo

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
IPTU	9.246.319,67	7.998.899,57
ITBI	282.241,12	1.218.091,83
ISS	12.803.756,36	16.210.843,72
Taxas	9.719.075,76	15.314.148,21
Dívida Ativa Tributária	1.829.295,73	16.278.672,04
Outros Créditos	885.260,62	1.424.768,43
TOTAL	34.765.949,26	58.445.423,80

Fonte : Sistema CpCetil

Os créditos tributários de competência do Município correspondem às movimentações ocorridas durante o exercício, relativos às Inscrições, Cancelamentos por processo e baixas por Pagamento, contabilizados com base nas informações do Sistema de Arrecadação Municipal – ArCetil até o dia 31/12/2020, sendo os pagamentos convertidos em receita orçamentária.

Os créditos tributários decorrem de valores a receber de tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) em que o Município realiza o Lançamento dos valores devidos pelos contribuintes. Correspondem a tributos lançados por declaração do contribuinte (Art. 147 do Código Tributário Nacional – CTN), como o ITBI ou de ofício (Art. 149 do CTN), quando o Município efetua diretamente o lançamento, por determinação legal, como é o caso do IPTU, ISSQN fixo, Taxa de Coleta de Lixo e de Renovação de Alvará.

O lançamento no Balanço Patrimonial destes valores como Créditos Tributários a Receber começou a ser efetuado pelo Município de Guarapuava a partir de 2013, alinhando assim a exigência do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos tributários ou não tributários, com base no fato gerador, conforme prevista no Manual de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - MCASP – Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

No exercício de 2020 foi feito o saneamento de Créditos Tributários e Não Tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa, através de auditoria interna executada pela Comissão Técnica Avaliadora nomeada através da Portaria 223/2019, obedecendo o disposto na Lei 111/2019 que trata sobre o cancelamento de créditos tributários e regulamentada através do Decreto 7885/2020. Os valores analisados pela Comissão foram baixados conforme o Decreto 8356/2020 publicado no Boletim Oficial 1987/2020.

Demais Créditos a Receber

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos Concedidos	165.475,98	151.672,98
Depósitos Restituíveis	254.892,42	254.892,42
TOTAL	420.368,40	406.565,40

Fonte : Sistema CpCetil



Adiantamento concedido

Referem-se os adiantamentos concedidos pelo ente a servidores para despesas de pequeno vulto, de pronto atendimento e de diárias, que, após serem realizadas, devem ter a devida prestação de contas que comprove a operação. A baixa desses valores ocorrerá somente após a análise regular da prestação de contas.

Estoques

A Prefeitura Municipal de Guarapuava está incluindo gradativamente a contabilização dos estoques existentes no município de forma a atender o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP nos prazos determinados pela Portaria STN nº 548/2015. Os Estoques são controlados pelos almoxarifados de cada Secretaria e integrados ao sistema de contabilidade municipal.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Material de Consumo	2.191.334,48	635.886,13
Gêneros Alimentícios	929.546,66	243.923,31
Materiais de Construção	52.256,09	0,00
Combustível	384.144,73	61.665,61
Auto Peças	154.537,85	0
Medicamentos	1.456.983,20	3.341.479,08
Material de Expediente	591.179,97	1.278.12139,98
TOTAL	5.759.982,98	5.561.094,11

Fonte : Sistema CpCetil

Ativo Realizável a Longo Prazo

Crédito a Longo Prazo

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
IPTU	48.536.183,23	50.837.076,01
ITBI	261.019,59	273.117,73
ISS	29.815.328,46	34.350.213,57
TAXAS	50.839.306,61	47.136.895,80
CONTRIBUIÇÃO MELHORIA	27.686.747,09	29.629.931,90
OUTROS CRÉDITOS	4.523.507,70	3.275.913,79
(-) AJUSTE DE PERDAS	-1.103.903,37	-1.103.903,37
TOTAL	160.558.189,31	164.399.245,43

Fonte : Sistema CpCetil

Ajuste de Perdas da Dívida Ativa

A mensuração para ajustes de perdas está em fase de implantação junto a Procuradoria Geral do Município para definição de metodologia do cálculo a ser utilizado.

**Imobilizado**

BENS MÓVEIS	31/12/2020	31/12/2019
MAQUINAS , APARELHOS EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10.442.550,96	8.326.965,73
BENS DE INFORMATICA	5.423.953,22	4.947.629,80
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	9.306.856,12	8.844.039,88
MATERIAIS CULTURAIS	1.231.516,23	1.268.008,20
VEÍCULOS	13.247.495,57	10.816.505,20
DEMAIS BENS MÓVEIS	1.563.012,55	2.135.141,60
TOTAL	41.215.384,65	36.338.290,41
BENS IMÓVEIS		
BENS DE USO ESPECIAL	279.209.333,81	276.521.939,85
BENS DOMINICAIS	6.496.932,21	4.686.170,25
BENS DE USO COMUM DO POVO	196.306.505,57	173.563.731,66
BENS EM ANDAMENTO	22.077.832,79	19.562.425,43
DEMAIS BENS IMÓVEIS	681.810,54	603.890,97
DEPRECIACÃO ACUMULADA	-618.112,48	-102.055,45
TOTAL	504.154.302,44	474.836.102,71

O município de Guarapuava, em meados de 2016 iniciou o processo de Inventário de Bens Patrimoniais do seu Ativo Permanente Imobilizado e Intangível, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCASP e MCASP. Respeitando os prazos estabelecidos pela Portaria STN n. 548/2015 PIPCP. O plano de trabalho adotado inicialmente foi à divisão em grupos de maior representatividade, sendo de bens Móveis, Imóveis, Intangíveis e de Infraestrutura. Até o presente foram inventariados em loco e conciliados no sistema próprio de patrimônio os bens de característica Móveis, estando em processo de reavaliação pelo valor presente. Os bens caracterizados como Imóveis, estão sendo inventariados por meio de levantamento via Sistema AR e nos seus respectivos Registros Cartoriais. Os bens pertencentes ao Ativo Intangível, como obras de artes, museus, patrimônio histórico e cultural entre outros, estão em processo de reconhecimento. Está sendo realizado o processo de ajuste na base de sistema de patrimônio, adequando ao organograma da instituição. Concomitante a isso, foram efetuados processos de descartes de bens em estado de sucata e inservíveis a instituição devidamente regulamentada. Os valores de novas aquisições estão sendo registrados no Sistema de Patrimônio Público - PP, em suas respectivas contas contábeis. O Município possui Departamento de Patrimônio público onde são controlados e identificados os bens patrimoniais através de identificação individual.

Bens Imóveis

O Controle dos Bens Imóveis pertencentes ao Município estão em processo de levantamento pelo Departamento de Patrimônio visando à adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

**Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

Conforme PIPCP (Plano de Implantação Procedimentos Contábeis), a partir de 2019 os municípios com população superior a 50mil habitantes, deverão registrar as obrigações decorrentes de benefícios a empregados, como 13º salário e férias, pelo regime de competência, ou seja, quando a obrigação for devida, independentemente do pagamento. Os valores constantes nestas contas são provenientes dos saldos a pagar para o Regime Geral da Previdência e também a contribuição ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Guarapuava GuaraPrev, como também a provisões de Férias.

Demais Obrigações a Curto Prazo

São os valores referentes as Consignações e demais despesas correntes a serão pagas no início do próximo período, e o Contrato Decorrente da Parceria Público Privada de iluminação pública.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS	31/12/2020	31/12/2019
PRECATÓRIOS	2.385.659,29	63.493,30
CONTRIBUIÇÕES INSS PARCELADO	1.484.787,09	1.680.243,88
RPPS PARCELADO	9.057.909,35	0,00
TOTAL	12.928.355,73	1.743.737,18

Corresponde os valores de Precatórios Trabalhistas e a Contribuição ao regime próprio da previdência (RPPS) não repassados a partir do mês de junho/2020 conforme Lei Municipal 124/2020 e regulamentada pelo Decreto Municipal 8072/2020, em atendimento a Lei Complementar 173/2020.

Empréstimos Financiamentos a Longo Prazo

EMPRETIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2020	31/12/2019
ATERRO SANITÁRIO DO ROCIO CONTRATO 0249466-87	362.039,77	405.686,51
CONTRATO 94/094691 - LEI 8727/93	7.105.822,39	7.105.822,39
CONTRATO FOMENTO PARANÁ 3422/2015 -75533	12,52	307.429,18
CONTRATO FOMENTO 3490/2014 - 76063	2.688.293,53	3.098.813,12
AGENCIA DE FOMENTO CONTRATO 3456	1.329.267,84	1.551.042,68
AGENCIA DE FOMENTO CONTRATO 3587/2016	6.302.603,71	7.083.370,27
CONTRATO BRDE 53.361 FR 611	2.722.972,62	3.146.418,02
COBTRATO BRDE 50199 - PROGRAMA PRO TRANSPORTE - FGTS	4.320.922,38	4.494.625,55
CONTRATO CEF FINISA	27.354.742,94	12.000.000,00
FOMENTO 54630		47.511,11
TOTAL	52.186.677,70	39.240.718,83



Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Esses valores referem-se basicamente aos Precatórios inscrito conforme lista de precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Patrimônio Líquido

O Resultado Patrimonial no exercício de 2020, apresentado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas, foi um Déficit de R\$ - 1.660.645,36.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
SUPERÁVIT OU DÉFICT DO EXERCÍCIO	(1.660.645,36)	46.117.335,89
SUPERÁVIT OU DÉFICT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	733.962.065,00	687.844.729,11
TOTAL	732.301.419,64	733.962.065,00

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário (BO), de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A apropriação da Receita Orçamentária está apresentada pela arrecadação e da Despesa Orçamentária pela emissão do empenho, respeitando-se o Regime Orçamentário preconizado no art. 35 da lei 4.320/64.

**Alterações orçamentárias**

ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS	
Crédito Adicional Suplementar	155.106.741,06
Crédito Adicional Especial	60.242.856,86
Superávit Financeiro	15.901.100,87
Excesso de Arrecadação	81147515,05
Anulação de Dotação	88081206,64
Operação de Crédito	27219775,36

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

Ingressos Orçamentários

Os ingressos orçamentários registrados no Balanço Financeiro igualam-se ao montante da receita evidenciada no Balanço Orçamentário e sua classificação por fonte de recursos possui os seguintes detalhamentos.

	31/12/2020	31/12/2019
Ordinária	319.967.050,47	284.705.859,66
Vinculada	172.943.087,73	158.296.555,72
Transf Fundeb	73.104.818,19	71.172.809,09
Transf Voluntarias	9.837.327,28	5.681.728,14
Alienação de Bens	349.151,87	334.116,87
Operação de Créditos	15.692.106,05	12.015.766,27
Transf. Programas Educação	2.192.080,78	2.565.730,58
Transf Programas Saúde	37.579.498,58	33.830.541,16
Trasnf Programa Assistencia Social	4.472.014,96	3.069.788,82
Emendas Individuais	3.029.972,68	1.630,69
Outras Origens	26.686.117,34	29.624.444,10
TOTAL	492.910.138,20	443.002.415,38

**Dispêndios Orçamentários**

Por exigência do normativo legal estabelecido na Lei nº 4.320/1964 as despesas orçamentárias são evidenciadas no Balanço Financeiro pela fase do empenho, sendo que os valores empenhados e não pagos no exercício financeiro, portanto, inscritos em Restos a Pagar, são registrados como ingressos extraorçamentários para compensar a inclusão da despesa não paga e possibilitar o fechamento do fluxo.

	31/12/2020	31/12/2019
Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	277.725.451,38	256.806.003,70
Vinculada	167.259.044,75	154.160.259,89
Transf Fundeb	71.509.516,11	71.349.008,63
Transf Voluntarias	9.008.227,76	7.224.228,52
Alienação de Bens	597.618,21	61.587,07
Operação de Créditos	19.482.413,02	8.302.341,14
Transf. Programas Educação	1.293.474,52	2.715.183,46
Transf Programas Saúde	34.564.212,70	32.535.316,03
Trasnf Programa Assistencia Social	2.907.141,28	3.354.514,45
Emendas Individuais	2.878.794,96	0
Outras Origens	25.017.646,19	28.618.080,59
TOTAL	444.984.496,13	410.966.263,59

FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa tem o objetivo de apresentar as entradas e saídas de caixa classificando-as em fluxos operacional, de investimento e de financiamentos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Departamento de Contabilidade

Patricia Grisard Ribas

CRC 044424/O-2PR

ribaspat@hotmail.com

(42) 3621-3033